

Adulto-criança trabalhadora: Reflexos de uma vida

*Olivia dos Santos Gonçalves Ribeiro
Maria Helena Rodrigues Navas Zamora*

Adult-child worker: Reflections over a lifetime

Resumo

Este estudo aborda o impacto da inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho e os seus significados, a partir da percepção do adulto que vivenciou essa experiência em sua infância. Os pressupostos teórico-metodológicos provêm da Psicologia Sócio-Histórica. Foi reunida a história de vida de uma mulher, “adulto-criança trabalhadora”, categoria proposta neste estudo, abordando sua trajetória frente a este processo considerado opressivo, com ênfase no impacto sobre a escolaridade, procurando compreender como o trabalho infantil a marcou (ou ainda marca).

Palavras-chave: Infância; Trabalho Infantil; História de Vida; Escolaridade.

Abstract

This study focuses on the impact of early insertion of children and adolescents in the world of work and their meanings, from the perception of the adult who lived through this experience in his childhood. The theoretical-methodological assumptions come from socio-Historical Psychology. It was pieced together the life story of a woman, "adult-child worker" category in this study proposal, addressing its trajectory in the face of this process considered oppressive, with emphasis on the impact on schooling, trying to understand how child labour has marked her (or still does).

Keywords: Childhood; Child Labor; Life Story; Schooling.

Introdução

Para Maria José da Silva, uma “adulta-criança trabalhadora”, que nos confiou a sua História de Vida na expectativa de um novo amanhã.

Por trabalho infantil compreendem-se as atividades que comprometam o desempenho escolar, o tempo de estudo, de descanso, de convivência familiar e comunitária e/ou que acarretem riscos ao processo de desenvolvimento físico, psicossocial, mental ou moral de crianças e adolescentes (Brasil, 2013, p. 3).

Este estudo pretende mostrar brevemente as vicissitudes de uma adulta, a partir de suas vivências laborais no seu cotidiano infantil e o sentido dessas atividades. Ou seja, como se construiu a identidade do adulto que um dia foi pequeno trabalhador, o “adulto-criança trabalhadora”. Procuramos abordar a complexidade da constituição da identidade, dentro do enfoque da psicologia sócio-histórica, os processos de exclusão/inclusão social e a importância do trabalho como constitutivo do ser. Contextualizamos, a partir das normativas legais, os direitos da criança, buscando entender a relação existente entre o trabalho e a criança, considerando o trabalho como tendo uma centralidade na vida humana, bem como apresentando os efeitos do trabalho infantil em adultos.

Ao traçar o caminho da pesquisa, procuramos “dar voz” àquele que traz consigo vivências permeadas desde a infância pelo exercício do trabalho, buscando em sua memória o significado de sua vida, expressado pela linguagem. Gullestad (2005) também enfatiza a importância que as “reminiscências de infância” (p. 509) desempenham nas narrativas de vida, testemunhos de processos históricos, econômicos, sociais e culturais, expondo as reações, adaptações e resistências à modernidade.

Esta investigação teve como método a história de vida, a partir da escuta de um desses ex trabalhadores infantis, que viveu uma das “piores formas” de trabalho infantil (Brasil, 2008). Apresentamos a história de Maria. Ela pediu para ser nomeada, pois¹: “... pode servir de um testemunho pra outras pessoas que ainda não analisou a vida dela da infância até a idade que tá, né dona?” [sic]. A pesquisa foi se delineando, trazendo os sentimentos emanados em cada gesto, palavra e silêncios dessa mulher. Tudo impregnado de um desejo: deixar aflorar o momento vivido, que se apresentava de maneira despojada e mesmo dolorosa, mas com esperança: “se vai ajudar a mudar”...

Identidade e trabalho

O trabalho tem sido amplamente estudado como fator importante para a formação da identidade, como fator de satisfação ou de sofrimento mental (Codo, Sampaio & Hitomi, 1994). Para Martinez (2001), ao discutir a constituição e o desenvolvimento da identidade de crianças trabalhadoras, é importante resgatar os significados levantados pelo próprio sujeito que trabalha, uma vez que as formas de subjetivação e relações com o trabalho podem ser vivenciadas de maneiras diversas. Woodhead (2004) aponta para o fato de os impactos psicossociais do trabalho infantil ainda não terem sido estudados exaustivamente

¹ Foi solicitada a autorização de gravação em áudio e a assinatura (impressão digital) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo-se o anonimato. Porém, este não foi considerado relevante pela entrevistada. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, em 24/01/2011 sob o número 107/2011.

devido à dificuldade de sua detecção, por se ligarem a fatores subjetivos, menos visíveis, com multiplicidade de fatores influenciando o desenvolvimento infantil.

Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2006), com base marxista, entendem que o cerne do trabalho está na relação de dupla transformação entre homem e natureza. Codo (2004), observa que as relações de trabalho determinam muito do comportamento do indivíduo, assim como suas expectativas, projetos, linguagem e afetos. Vasques-Menezes (2005) ressalta a importância do trabalho na estruturação do indivíduo, considerando-o como parte do *ser* do sujeito, construtor de identidade. Borges e Yamamoto (2004) ressaltam, no entanto, que o trabalho não deveria ser alienado e sim algo que garantisse ao ser humano a satisfação de suas necessidades e realização. Contudo, Colares (2003) assinala que frequentemente o trabalho faz da existência uma experiência penosa. Com a escassez de empregos e dificuldades familiares e sociais, o trabalho infantil surge, para algumas famílias, como alternativa à obtenção de renda para seu sustento.

Kassouf e Santos (2010) apontam que, ao entrarem no mundo do trabalho antes do período legal, as crianças estão expostas a sérios prejuízos, tais como: acidentes ocupacionais; deformações corporais; traumas emocionais e baixa escolaridade, resultando na falta de perspectivas profissionais para o futuro. Entretanto, o trabalho da criança ainda é visto como um bom disciplinador (Priore, 2010). Oliveira (2013, p.165) assinala que é imperativo superar a cultura ideológica de que “todo trabalho dignifica”, em detrimento ao direito de infância e analisa a exploração do trabalho infantil, não apenas como causa, mas como consequência da pobreza, superando as formas históricas de trabalho, impostas pela sociedade capitalista.

Direitos da criança e do adolescente

A Constituição Federal (Brasil, 1988), estabelece em seu Art. 6º, os direitos sociais e no Art. 7º (inciso XXXIII), o trabalho é admitido a partir dos 16 anos, como também admite o trabalho a partir dos 14 anos (art. 227, § 3º, I), mas somente na condição de aprendiz. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), parte da premissa de que é dever da sociedade em geral e do poder público em especial, além da família, assegurar às crianças e adolescentes seus direitos básicos, protegendo-os enquanto ser em desenvolvimento.

A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Brasil, 1943) garante ao trabalhador adolescente entre 14 e 18 anos condições especiais, entre elas a proibição do trabalho em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. E, do trabalho em horários e locais que não permitam a frequência à escola (art. 403, § único), concedendo, também, a esse trabalhador estudante, o direito de fazer coincidir suas férias com as férias escolares (art. 136, § 2º).

Assim, a Constituição, a CLT e o Estatuto protegem as crianças e adolescentes da exploração, referendados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, ao estabelecer limites de idade mínima para o trabalho (Convenção nº 138/1973), originando uma reforma na legislação da aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e definindo através do Dec. nº 6.481/2008, as piores formas de trabalho infantil. (Brasil, 2008).

Contudo, no Brasil segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD,

cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ainda estavam trabalhando no país, em 2011. Os números da pesquisa apontam também que as crianças e adolescentes ocupadas no país trabalhavam, em média, 27,4 horas por semana. A taxa de escolarização deste grupo ficou em 80,4% (IBGE, 2011). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revela uma diminuição de 5,41% em relação a 2011, do número de crianças em trabalho infantil. Além disso, a pesquisa também revela que, 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade continuam sujeitas ao trabalho infantil no Brasil (IBGE, 2013).

O que torna o enfrentamento às chamadas “piores formas” (Brasil, 2008) mais complexo é a ambiguidade entre o local de vivência das crianças e o trabalho infantil realizado. É o caso do trabalho em atividades domésticas ou em lixões, na agricultura familiar, no comércio informal urbano, na produção familiar, na exploração sexual e comercial e no narcotráfico. Também podemos incluir nessa categoria as atividades em que há forte valorização social, como o trabalho artístico e nos clubes de futebol.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância mostra que, em razão das dificuldades econômicas, muitas crianças acabam deixando a escola para trabalhar e ajudar na renda familiar ou para cuidar dos serviços domésticos, liberando suas mães para o trabalho remunerado. Nas famílias mais pobres, a criança é socializada para ocupar o seu lugar em uma sociedade estratificada em que lhe é reservada, as funções subalternas (UNICEF 2012).

Os estudos (Brasil, 2013; Oliveira, 2013; entre outros), no entanto, demonstram que têm sido fortalecidas ações de promoção e proteção integral da infância e da adolescência e suas famílias. Contudo, para Oliveira (2013), essa lenta diminuição indica a necessidade de que as estratégias de enfrentamento sejam revistas e propõe legislação proibindo subsídios públicos às empresas que exploraram a mão-de-obra infantil e de “lista do trabalho sujo”, denunciando-as para toda a sociedade. (pp.113-114).

História de Vida

O método de História de Vida, segundo Gonçalves e Lisboa (2007), utiliza técnicas de entrevista para dar voz a sujeitos “invisíveis” que, por meio da singularidade de seus depoimentos, constrói e preserva a memória coletiva (p. 87). Segundo Bauer e Gaskell (2011), a técnica de entrevista desempenha um papel vital na compreensão do mundo do entrevistado na história de vida e deverá ser individual quando tem o objetivo de explorar em profundidade as diferentes relações do mundo do sujeito (Vasques-Menezes, 2005). O método se propõe à produção de sentido, com a história contada da maneira própria do sujeito, visando apreender os diversos aspectos da vida de uma forma mais abrangente (Silva *et al.*, 2007, p. 29).

Participante

A história de Maria começou em 1926, nos arredores da cidade de Timbaúba Pequena, em Pernambuco. Como gosta de acentuar, “... acabei de me criar e me formar gente mesmo, adulto, no Sapé do Paraíba”. É uma senhora magra, alta, com cabelos grisalhos e crespos e morena. É viúva, filha de pais analfabetos. Está aposentada e mora sozinha numa casa no alto do morro de uma comunidade, em uma cidade da região

metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Não tem conhecimento da existência de familiares. Relata ter somente uma “amiga”, que a visita e a acolhe nas questões de saúde. É religiosa e recebe atenção da comunidade a que pertence, próxima a sua residência. Gesticula bastante, demonstrando alegria e disposição. Em muitos momentos, utiliza-se de um linguajar próprio, “matuto”, dramatizando os momentos vividos. Relata exercer desde os oito anos de idade atividades na lavoura e na criação de animais, como cabras. Exerceu também a atividade do serviço doméstico, como babá, permanecendo no desempenho de diversas ocupações domésticas até a fase adulta. Orgulha-se de ser “forte e trabalhadeira”.

Análise dos Dados

A análise de conteúdo tem o tema como central, reunindo nele várias semelhanças, analogias e significados. Bauer e Gaskell (2011) apresentam ser “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (p. 191), em que os dados coletados vão emergir, dando forma e significado ao estudo, possibilitando induções a respeito de cada categoria. No caso, a estruturação em categorias permitiu a organização e descrição das particularidades relevantes. As categorias aqui apresentadas são: lembranças de infância, papel da escola [na vida], trabalho infantil, percepção do trabalho e vida atual e perspectivas de futuro. O conteúdo tomou forma, surgindo pouco a pouco uma época, um grupo, um povo.

Resultados

Lembranças de Infância

A entrevista revela que o direito ao convívio social saudável foi negado em uma infância vivida em meio à privação de direitos:

[A infância] Essa já foi lá na roça. Trabalhando na roça braba lá, colhendo algodão. Eu podia tá com uns nove ano, uns onze ano, aí nesse tempo. ...aí quebrei uma vasilha que apanhava água que eles chamava... aqui cabaça [riso]. Aí ela me deu uma surra, a disgramada. Sem ser filha dela, sem nada. Fui pra lá só pra ganhar um trocadinho....

As brincadeiras, misturadas às situações de trabalho se apresentam naturalizadas como uma impossibilidade para ela:

Brincar não, passava pra ir buscar água. Aí botava o pote lá no chão e ficava fazendo hora, só fazendo aquelas horinhas por ali... me lembro quando eu tava mais pequena, minha madrinha me deu uma boneca, eu amassei ela dentro de um pilão. [riso]. ... ficava brincando assim com ela... E depois: Ah, eu não quero mais!

Essas situações de privação pareceram traçar destinos, que como profecias autorrealizáveis, se concretizam na vida da entrevistada. A marca do abandono pelo pai e das brigas com o padrasto na infância, suscitou em Maria uma percepção da figura masculina distorcida, negativa e a necessidade de alguém para lhe garantir afeto e liberdade.

Papel da Escola

Maria demonstra consciência de que a frequência à escola e/ou à continuidade dos estudos trariam possibilidades de um presente melhor. A vivência escolar foi substituída pela realidade do trabalho infantil.

Nunca fui na escola. A minha escola foi o cabo da enxada... foi de trabaia no serviço pesado, não parar. ... Eu tinha tanta vontade de ir [à escola] e nunca fui. ... num tinha de que jeito ir não, de jeito nenhum, mas foi uma vida só trabaio, trabaio, uma escravidão. Não cheguei nem perto da escola.

Apesar de nunca ter frequentado à escola, isto não a impediu de fazer a representação social positiva desta instituição: "... A escola pra mim era nada com nada, né. Pra mim, na minha mente não tinha valor, mas quem sabe ler tem um valor, né. Quem sabe ler tem um valor grande...".

Trabalho Infantil

O trabalho infantil, imposto pela situação de opressão familiar e vulnerabilidade social, se sobrepunha à brincadeira. Muitas dessas atividades laborais são "invisíveis", já que são realizados no setor informal, como é o caso do emprego doméstico, atividade exercida por Maria desde a infância.

Lá todo mundo só trabaia na roça... Aí chegou outra dona procurando uma menina... pra trabaia de babá numa casa de outro fazendeiro, aí eu me enfroei. ...já tava com uns catorze anos, mais ou menos. Lavava roupa das crianças. Passava a ferro de carvão e engomava. Varria a casa. Espanava os móveis. Era todo dia assim... trabaia de cinco às cinco. Morava lá mesmo.

Durante o exercício das atividades laborais na infância, Maria manifestou situações de desconforto, repercutindo-se no seu estado geral de saúde.

Eu tinha um tal de bronquite que até hoje ele me perturba, tem dia que eu amanheço assim chiando. Quando eu tava doente daquela bronquite, ela (patroa) fazia aqueles chá de erva lá com alecrim, erva rosa... eu tomava aquilo ficava boa.

Percepção do Trabalho

As percepções do trabalho encontram-se convergentes no que se refere à situação de exploração do trabalho sem salário, característica do trabalho escravo, sua realidade:

Trabaia com roçada dos outros, ganhando aqueles tostãozinho, mixuruco. Vim entender de dinheiro, era o tempo que tinha aquele negócio de destões [sobre moeda da época]. Pra mim aquilo era uma riqueza! ... E aquilo ali tinha que fazer milagre pra comprar um feijão, uma farinha.

A situação inicial de trabalho escravo foi superada após seu "casamento", que lhe possibilitou o acesso a condições de produção própria e de comercialização dos produtos da terra que cultivava:

Saí da casa de uma família e me entreguei morar numa casa sozinha com esse véio, ele dizendo que ia casar comigo. Arrumei um pedaço de terra vazio. O que eu plantava naquele terreno era meu, podia vender. O dinheiro era todo meu.

Apesar da grande exploração, o trabalho foi relatado como motivo de orgulho e como algo positivo. “Foi a coisa mió do mundo que eu tive na minha vida foi nunca enjoar do trabalho, grosseiro, sofrido, amargoso igual jiló, mas eu encarei e venci”.

Aspectos coercitivos da amarga realidade ocupam desde cedo lugar na existência dessa mulher, que assume estratégias de sobrevivência, numa capacidade singular em reinventar e de cuidar de si, no mundo hostil que lhe foi apresentado:

Quanto mais a gente sofre, quanto mais a pessoa judia da gente, quanto mais a gente se vendo humilde, rebaixado, chutado que nem um cachorro leproso, sarnento, pra quem gosta de tratar da vida da gente, a gente mesmo se trata. Eu me tratei deus mesma! [fala enfatizando em tom firme]. Trabaia pra me vestir, pra mim comer, pra mim trazer a comida pra minha mamãe. E eu me sinto muito feliz com isso, dessa atitude que eu tomei sim, senhora.

Vida Atual e a Perspectiva de Futuro

O impacto das situações vivenciadas no passado e na vida atual não impediu Maria de conquistar uma vida que considera feliz, e dentro de padrões de dignidade. Notamos, porém, que as lembranças do passado são fortes motivações para se perceber mais feliz hoje.

Sou aposentada do Fundo Rural ...eu vivia muito doente, já não tava podendo mais quase trabaia. A minha vida agora tá uma riqueza. ...aquela desgraçada todinha que eu passei na vida, pra mim agora eu tô num lugar, no céu, na minha casa... Eu tenho um lugarzinho sossegado pra ficar... tenho uma cama pra dormir. Tenho minha casinha toda encimentada. As parede toda feita de tijolo. Pra quem dormiu até debaixo dos pé de pau dentro dos matos....

Hoje ela se percebe mais feliz e tranquila, só se ressentida quando não tem com quem conversar, talvez, resquícios da solidão de uma vida inteira. “Só fico mais triste assim quando estou sozinha e não tenho com quem conversar” (sic). Ao narrar sua trajetória de vida, expressa uma dualidade de sentimentos:

... tinha vontade que a minha vida fosse assim: tivesse sido criada junto com meu pai, minha mãe, aquela família tudo juntinha ali. ... No sofrimento, no sufoco de viver com o coração angustiado, medroso, com o coração cheio de medo, cheio de imaginar: Por que eu sofro tanto? Por que eu nasci só sofrendo? E o que é que essa gente quer de mim? Eu só achava assim. Qual é o defeito que eu tenho tanto? Porque eu trabalho, respeito tanto, e sempre cobrando só trabalho, trabalho, trabalho [bate na mesa várias vezes] e ninguém sabe dar, dar um direito a mim. Trabalho e perversidade de bater.

Os relatos sobre a atualidade demonstram satisfação com a vida. A perspectiva para o futuro é a de uma velhice tranquila e despreocupada: “Daquilo que eu já passei, eu tô muito feliz. Hoje eu tô contando uma vitória! Vitória! Vitória! [risos] aprendi vivendo no

mundo, por mim mesma”.

Discussão

Em 1926, quando Maria nasceu, estava instaurada a República Velha, marcada pelo domínio político das elites agrárias. O quadro laboral era de jornadas de 14 a 15 horas, exploração de trabalho infantil nas fábricas, insalubridade nos locais de trabalho e inexistência de direitos trabalhistas. Em 1927, há a criação do Código de Menores e a política para infância pobre era caracterizada pela repressão e assistencialismo. O ensino público não era abrangente. A intervenção do Estado não visava à universalização de direitos, sem modificar a manutenção da criança no trabalho (Faleiros, 2011).

Importante destacar, que o período em que Maria viveu sua infância e iniciou suas atividades laborais foi considerado como era do crescimento econômico, marcada, após intensas lutas, pela garantia de direitos trabalhistas. Em 1934, a Constituição fixava em 14 anos de idade e carga horária de oito horas para o trabalho do adolescente e a de 1946, que proibia o trabalho nessa idade (Faleiros, 2011). Entretanto, os benefícios oriundos deste período não atingiram todos. Os indicadores apresentavam a taxa de mortalidade infantil de 100 por mil e 49,4% de analfabetos entre a população acima de 15 anos estavam fora da escola (Faleiros, 2011). Maria trabalhou até em condição análoga à escravidão.

Parece que para Maria, a ausência de uma política efetiva de proteção à infância resultou em uma vida posterior de negações diversas, tais como, o acesso e a continuidade de estudos e uma vida sempre ligada a serviços domésticos e serviços gerais, sem oportunidades de livres escolhas profissionais, de acordo com seus conhecimentos, desejos e aspirações. O que também não lhe possibilitou conduzir a uma fase adulta e velhice com padrões almejados. “A senhora vê que vida danada, desgraçada que eu tive né? Que vida sofrida. Eu não era nem pra arreganhar os dente pra rir, né? Eu era só pra viver chorando, chorando, chorando, né?”.

Na fase adulta, já na cidade, essa mulher não desfrutou da menor oportunidade de acesso a melhores empregos. Em situação de desvantagem, ela já sabia que não conseguiria melhores colocações profissionais, limitando-se à sobrevivência.

Nesse mundo de ausências perenes na vida do sujeito, ratificamos as palavras de Guareschi (2009), “devido à desigualdade de condições, exigir competição entre os desiguais é ganhar de antemão” (p. 154). O pensamento hegemônico consegue legitimar as desigualdades sociais, fazendo com que a população “entenda” e “justifique” uma vida de negação de direitos e ainda se sinta humilhado (Guareschi, 2009; Paugam, 2009).

A infância, que não se caracteriza apenas como uma etapa cronológica, de “vir a ser”. Precisa ser pensada como uma fase do humano em desenvolvimento, que tem desejos e pensamentos, que brinca e fantasia, que tem formas de interação e cultura próprias. Tudo isso irá, ao longo de sua vida, construindo e afirmando sua identidade. Portanto, a brincadeira tem papel fundamental como experiência de cultura (Kramer, 2007).

As crianças pobres quando são privadas de alguma forma daquelas atividades ou quando são submetidas à exploração, por meio de um trabalho desumano, parece-nos que não conseguem sequer desenvolver em si o desejo de brincar: “Eu acho que não nasci pra

gostar de brincar com boneca, com menina, não. Acho que eu nasci com o destino de não criar nem fio, porque até a boneca que minha madrinha me deu, eu amassei”.

O episódio da boneca, socada no pilão, um dos seus instrumentos de trabalho, demonstra a forma de Maria expressar seu sofrimento e frustração, sua perda da infância. Destruir o próprio brinquedo é representativo do que a vida fez com ela, numa visão de que a boneca é brinquedo e o trabalho é brinquedo; amassando a boneca, ambos são misturados. É uma imagem forte e significativa, tanto no sentido do que é trabalho para ela quanto ela se percebe socada pela própria vida.

O discurso indica que o mecanismo de “culpabilização” (Guareschi, 2009, p.150) se faz presente. Parece revelar o pensamento das crianças que são colocadas precocemente no mundo adulto (Kramer, 2007). Elas negam a si mesmas seus desejos infantis – afinal *ela* não nasceu para ter direitos.

No que tange à educação, o relato nos permite perceber que a negação do direito à escola a atingia de forma mais brutal como a que atinge na atualidade boa parcela dos mais pobres. A negação do direito de frequentar escola não é apenas a negação do direito de acesso ao conhecimento formal, mas de acesso à cultura que se constrói e reconstrói neste espaço.

Conclusão

Embora o trabalho infantil tenha dificultado a vida da entrevistada, a narrativa aponta que há outros problemas graves. Então, pairam alguns questionamentos: Será que foi o trabalho ou foi toda a vida dificultada para essa pessoa? Vimos uma mulher sofrida, que começou a ser explorada muito cedo, mas que soube resgatar este trabalho para uma vida melhor. É, sobretudo, uma história de opressão, certamente agravada pelo trabalho precoce.

De todas as marcas deixadas na “adulto-criança trabalhadora” entrevistada, quais podem ainda hoje estar tão vivas, inconscientes ou não, influenciando em sua vida atual? De todas as marcas deixadas por uma infância sem direitos, alguma pode ser superada?

A vida cotidiana desta “adulto-criança trabalhadora”, não foi diferente da vida da maioria das crianças desprovidas de reais políticas de proteção à infância, na história brasileira. Mas, como teria sido a vida dessa senhora, se tivesse pelo menos acesso à educação formal? Para se constituir pessoa “trabalhadeira e forte”, teria realmente que ter passado por tudo que passou? O trabalho foi tudo que restou de sua vida?

Percebemos o quão complexa é a questão do trabalho infantil. Sua erradicação é um desafio. Porém, uma sociedade justa não admite a existência de duas infâncias, a rica e a pobre, a que trabalha e a que não, a que brinca e a que não brinca. Não se pode admitir a formação de duas humanidades, com destinos definidos pela desigualdade social.

Referências Bibliográficas

BAUER, M. W., & Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. (P. A. Guareschi, Trad.). 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BORGES, L. O; Yamamoto, O. H. O Mundo do trabalho. In: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade e A. V. B. Bastos (Eds.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. pp. 24-62. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL, OIT. *Documento Orientador da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil*. Brasília, 2013. Em <http://www.childlabourdialogues.org/pt-br/node/359774>. Recuperado em 10/07/2014.

BRASIL. *Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008*. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182, da OIT, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Brasília, 2008. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Recuperado em 09/07/2015.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Recuperado em 10/07/2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Recuperado em 10/08/2013.

BRASIL. *Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, 1943. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Recuperado em 10/05/2012.

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 136-151). São Paulo: Brasiliense, 2004.

CODO, W., Sampaio, J. J. C., & Hitomi, A. H. *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento – Uma Abordagem Interdisciplinar*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CODO, W., Soratto, I. & Menezes-Vasques, I. Saúde Mental e Trabalho. In: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade e A. V. B. Bastos (Eds.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. pp. 276-299. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COLARES, M. *Aprendizado, trabalho e dignidade: Discutindo perspectivas legítimas de ocupação produtiva para a adolescência no Brasil*. Fortaleza: Perfil, 2003.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: I. Rizzini, & F. Pilotti (Orgs), *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 33-96). 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, R. C., & Lisboa, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade

trajetórias de vida. *Revista Katálysis*, v. 10, n. especial, p. 83-92, Florianópolis, 2007.

GUARESHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: Competitividade e culpabilização. In: B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 141-156). 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

GULLESTAD, M. Imagined childhoods: constructions of self and society in life stories. *Educação Social*, [online]. 26(91), 509-534. (Original publicado em 1996. Oslo: Scandinavian University Press), 2005. Em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a11v2691.pdf>. Recuperado em 08/03/2013.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012)*. v. 32, pp.1-134. Brasil: RJ, 2013. Em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Volume_Brasil/pnad_brasil_2012.pdf. Recuperado em 03/10/2013.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)*. Brasil: RJ, 2011. Em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm. Recuperado em 03/10/2013.

KASSOUF, A. L., & Santos, M. J. (2010). *Consequências do trabalho infantil no rendimento futuro do trabalho dos brasileiros: Diferenças regionais e de gênero*. Em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-7bfe42d90954e5040f9bdae429f51e3c.pdf>. Recuperado em 10/12/2012.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: J. Beauchamp; S. D. Rangel; & A. R. Nascimento (Orgs.). *Ensino fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis de idade* (pp. 13-24). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MARTINEZ, A. M. Trabajo infantil y subjetividad: Una perspectiva necesaria. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 235-244, Natal, 2001.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. *Exploração do trabalho precoce: Sequestro da infância*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2013.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 67-86). Petrópolis: Vozes, 2009.

PRIORE, M. D. P. *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. "Conte-me sua história": Reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 1(1), 25-35, 2007.

UNICEF. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa: Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. In: *Iniciativa global*

pelas crianças fora da escola – Brasil. Brasília: Brasil, 2012. Em: <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/OOSCI%20Reports/brazil-oosci-report-2012-pr.pdf>. Recuperado em 05/06/2014.

VASQUES-MENEZES, I. *A contribuição da psicologia clínica na compreensão do Burnout: Um estudo com professores*. Tese de Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasil, 2005.

WOODHEAD, M. Psychosocial Impacts of Child Work: A framework for research, monitoring and intervention. *International Journal of Children Rights*, 12(4), 321-337, 2004). Em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/05/20/000333037_20080520023027/Rendered/PDF/437620WP0UCW0s1Box0327368B01PUBLIC1.pdf. Recuperado em 01/09/2014.